

A QUESTÃO NACIONAL NO QUÉBEC *

Louis Gill **

RESUMO

*Este artigo compreende duas partes. A primeira, que tem como objetivo apresentar os fundamentos históricos da questão nacional no Québec e no Canadá, reproduz trechos de um documento político do Reagrupamento dos Militantes Sindicais (RMS) difundido no Québec em 1978, intitulado **Não ao federalismo. Não à soberania-associação. Pela independência do Québec**. A análise política subjacente a este texto foi elaborada no interior do Grupo Socialista dos Trabalhadores (GST). O RMS e o GST, organizações das quais o autor foi militante ativo, estão hoje extintos. A segunda parte traça, à luz da análise apresentada na primeira, um perfil dos principais eventos acontecidos no terreno da questão nacional no Québec desde essa data.*

PALAVRAS-CHAVE: *História do Canadá; Nacionalismo; Québec.*

I - AS ORIGENS HISTÓRICAS DA OPRESSÃO NACIONAL DO QUÉBEC

A questão nacional no Québec tem suas origens na maneira pela qual o Canadá se fundou como instrumento de opressão nacional. Para se compre-

* Traduzido do francês por Carlos A. A. Ferraz e Araújo. E-mail: carlosalfa@uol.com.br.

** Louis Gill foi professor no Departamento de Ciências Econômicas da Université du Québec de 1970 a 2001. Doutor em economia pela Université de Stanford.

ender a natureza da opressão nacional à qual o povo do Québec é submetido é, pois, necessário um retorno às suas origens históricas.

1. Da conquista britânica à Confederação

Em 1763, a França cede definitivamente o Canadá à Inglaterra. Esta instala então um regime colonial que permitirá aos comerciantes ingleses o controle do comércio de peles, madeira e pescados, tomando o lugar anteriormente ocupado pelos empreendedores franceses. Alguns senhores e o clero do antigo regime colaborarão com os novos dominadores, mas exercerão influência apenas secundária nos âmbitos político e econômico.

A conquista consagra a dominação e a opressão do povo canadense-francês cuja existência e identidade estarão doravante ameaçadas. O essencial da política da Grã-Bretanha, a partir de 1770, apoiando-se nas classes conservadoras das quais obtém a lealdade, é a salvaguarda dos interesses do Império britânico contra a ameaça da revolução americana. Esta ganha simpatias reais em amplos setores da população canadense, enquanto a classe dominante e seu braço religioso procuram influenciar a população em favor do Império.

2. Os dois Canadás

Para fazer face à ameaça de uma revolução burguesa e de uma república, é preciso consolidar o regime colonial no Canadá dividindo-o em partes, aplicando-se o velho princípio: *dividir para reinar*. Assim é que, em 1791, uma lei do Parlamento de Londres divide o Canadá em duas partes, o Baixo-Canadá e o Alto-Canadá. Em resposta às reivindicações da população, cada um dos dois Canadás terá uma assembleia legislativa eletiva. Todavia, esta assembleia é meramente consultiva; o poder permanece totalmente nas mãos do governador nomeado por Londres e dos membros dos conselhos legislativo e executivo por ele nomeados. Estas estruturas políticas estão submetidas à Prerrogativa Real, isto é, ao poder de Londres de aceitar, recusar ou impor qualquer lei conforme os interesses da Grã-Bretanha.

Assim, se desenvolvem duas entidades distintas, uma francófona no Baixo-Canadá e a outra anglófona no Alto-Canadá. O regime, permanecendo essencialmente colonial e ligado aos interesses da Grã-Bretanha, cria um descontentamento generalizado entre a população do Alto e do Baixo-Cana-

dá. Os camponeses, os operários e os comerciantes se revoltam contra as leis restritivas da propriedade fundiária aristocrática e clerical, contra as leis restritivas sobre o comércio e a produção, contra a transferência das terras para especuladores de Londres etc.

3. A rebelião de 1837-1838

Este movimento de revolta atinge seu paroxismo nos anos de 1837-1838. As reivindicações se expressam em dois movimentos distintos no Alto e no Baixo-Canadá, ainda que contatos e estratégias sobre uma base de unidade revolucionária tenham sido estabelecidos entre os dois grupos. Em 1837, uma proposta dos revolucionários de Toronto tinha como perspectiva uma verdadeira confederação baseada no triunfo da revolução e da independência de uma união de estados soberanos democrático-burgueses. Tratava-se, nessa proposta, de uma união vinda de baixo por oposição à união vinda de cima imposta pela administração colonial.

Em 1838, Robert Nelson, em nome do governo provisório do Baixo-Canadá, proclama a *Declaração de Independência* na qual se afirma que o povo do Baixo-Canadá é livre de qualquer submissão à Grã-Bretanha, que o Baixo-Canadá se declara agora de fato República, que todos os cidadãos terão os mesmos direitos e que qualquer união entre a Igreja e o Estado está abolida.

No Alto-Canadá, uma declaração chamada *Sétimo Relatório das Queixas da Assembléia do Alto-Canadá* retomava sintomaticamente as mesmas reivindicações. Estas duas declarações atestam que tratavam-se de autênticos movimentos revolucionários democráticos. Como nas outras revoluções burguesas nessa mesma época, são as massas camponesas e operárias que formam as forças combatentes da revolução. Este fenômeno coincide, aliás, com as reivindicações pela organização dos trabalhadores em sindicatos. Organizações operárias inglesas e o movimento cartista apóiam o movimento revolucionário canadense. A *London Workingmen's Association* realiza em Londres uma assembléia especial sobre os eventos nas colônias canadenses e envia uma mensagem de apoio que associa a luta pela democracia política àquela da classe operária pelo triunfo de seus interesses. As massas, todavia, não têm um partido definido e não exercem a direção do movimento. A intervenção armada da metrópole, associada ao medo das massas, colocará os dirigentes burgueses em fuga e os convencerá a permanecerem fiéis ao Império.

4. A fusão dos dois Canadá

Em seguida, o *Ato de União*, em 1841, vem estimular a oposição entre as populações inglesa e francesa, ao unificar os dois Canadá e criar uma única assembléia legislativa com número idêntico de assentos, a despeito de a população francesa permanecer majoritária. Em suma, o *Ato de União* mantém a opressão básica do antigo regime, mas visa fazer diminuir a pressão das massas no momento em que, na Europa, estas estão em plena ebulição. As classes dominantes na população francesa se compõem então por uma burguesia ligada à pequena empresa e à exploração da terra, pelo clero e por políticos a serviço dos interesses do Império.

5. Os pais da Confederação preparam o projeto confederativo

Em 1864 são realizadas duas conferências qualificadas de *constitucionais*. Estas reuniões, organizadas pelos políticos do Império, não serão constituintes e os promotores da União não serão de modo algum mandatários de suas populações. Ademais, elas ocorrem sob o signo do segredo, como deixa entender John A. Macdonald:

Dado que seria evidentemente absurdo submeter à população os detalhes complexos de uma tal medida, não se trata de obter sua sanção antes de solicitar que o Governo imperial apresente um projeto de lei ao Parlamento britânico [...]. Uma vez a lei adotada sem possibilidade de recurso, a população aprenderá rapidamente a aceitá-la (apud Ryerson, 1978, p. 270).

Em 29 de outubro de 1864, Georges-Étienne Cartier, braço direito de Macdonald, acrescenta:

Neste momento, nós trabalhamos para fundar aqui uma grande confederação, mas nosso objetivo não é de modo algum fazê-lo pela criação de instituições democráticas; é sobretudo ajudar o elemento monárquico a lançar entre nós raízes mais profundas. [...] que a nova forma de governo deve ser apropriada para fazer crescer a influência e o prestígio dos princípios monárquicas no nosso sistema político (apud Brunet, 1963, p. 17-18).

Este projeto de *confederação* é, pois, de natureza imperial. O *Ato da América do Norte Britânica* (AANB) cria uma união federal sem a opinião das populações atingidas. O AANB, sendo uma lei do Parlamento de Londres, tem

força de constituição, mas não é uma verdadeira constituição, tal como se entende ao se referir às constituições francesa ou americana. Nele, nenhuma reivindicação democrática é inscrita. O AANB é, na verdade, um instrumento de opressão sobre o Canadá francês. O *Ato* de 1867 construiu o Estado canadense com base nessa opressão nos planos econômico, político, cultural e social.

O *Ato* de 1867 mantém, como antes, a mão pesada de Londres sobre os poderes executivo e legislativo: câmara alta não eletiva nos níveis federal e provincial, cujos membros são escolhidos pelo governador geral, representante da rainha. Este nomeia igualmente todos os juizes das cortes federais e provinciais. A *Prerrogativa Real* é mantida. O AANB consagra o privilégio do clero sobre o sistema escolar. O *Ato* de 1867 não atenderá nenhuma das reivindicações de 1837.

Após 1867, o Estado imperial federal criará as províncias de Manitoba em 1870 e de Saskatchewan em 1885, mediante o esmagamento dos Mestiços de Fort Garry (São Bonifácio) e de Louis Riel e John Bruce.

6. A guerra de 1914-1918

Quando da Primeira Guerra Mundial, a burguesia canadense correrá em defesa da Grã-Bretanha. O governo canadense instituirá o recrutamento militar obrigatório que desencadeará, sobretudo em 1914, um movimento geral de protesto em todo o Canadá que, particularmente no Québec, irá atingir momentos insurreccionais. Neste contexto, os membros do governo proclamam que cabe a todas as colônias socorrer a *mãe-pátria*.

7. O Estatuto de Westminster

Com o declínio do Império britânico, o Estatuto de Westminster, concedido em 1931, parecia finalmente dotar o Canadá de uma maior autonomia, ao abolir a *Prerrogativa Real* e certas leis anteriores (referentes à defesa e ao comércio) que definiam as relações com a metrópole. Mas a revolução democrática burguesa ainda não estava concluída: o AANB permanecia sob a jurisdição do Parlamento de Londres.

8. Novamente em socorro da *mãe-pátria*

Em 1942, trava-se um grande debate no Parlamento canadense sobre a oportunidade de fornecer um dote de um bilhão de dólares em víveres e

material de guerra à Grã-Bretanha e sobre a realização de um plebiscito quanto à competência do Governo em efetuar recrutamentos para o serviço militar além-mar.

Este grande debate político já havia começado quando da campanha eleitoral provincial de 1939. Nessa ocasião, enfrentaram-se as forças nacionalistas e autonomistas de Maurice Duplessis e os liberais, que prometeram solenemente jamais defender o recrutamento. Os liberais tiveram uma vitória retumbante. Assim é que em 1942 a questão da conscrição suscitou um forte debate entre os quebequenses, que se lembravam muito bem das promessas feitas pelos políticos em 1939.

O recrutamento pôde finalmente ser imposto graças à natureza antidemocrática do Estado canadense. Com efeito, apoiando-se numa agressiva campanha de propaganda, o governo liberal obteve uma maioria de votos favoráveis à conscrição no Canadá inglês, mas sofreu uma dura derrota no Québec, onde a população votou majoritariamente contra. A despeito disso, o governo apoiou-se na maioria federal contra a maioria do Québec e decretou o recrutamento. Mais uma vez ressurgia a origem da união confederativa forçada.

9. A usurpação federal

Durante os anos de guerra, o Governo federal aproveitou para avançar sobre as jurisdições provinciais, com o pretexto de que o esforço de guerra exigia uma fortíssima centralização. Foi assim que o Governo central instituiu o seguro-desemprego em 1941 e o salário-família em 1944. Estas medidas centralizadoras eram, ao mesmo tempo, concessões aos trabalhadores: era preciso pagar em forma de concessões uma parte do preço do recrutamento.

Após a guerra, o Governo central tinha a intenção de fazer avançar o processo de centralização, seguindo o exemplo dos *pais da Confederação que, em sua maioria, favoreciam o estabelecimento de uma união legislativa, desejando reduzir os governos provinciais à condição de simples conselhos de condados* (apud Brunet, 1963, p. 152).

Em 1945-1946, Ontário e Québec se recusaram a ceder seus poderes e o Governo federal concluiu então acordos em separado com as outras províncias.

10. A nova política estrangeira do Canadá

Um outro assunto de impasse é a política estrangeira do Canadá após a Segunda Grande Guerra. A burguesia canadense sempre forneceu espontaneamente apoio à Grã-Bretanha nos conflitos que a atingiam. Mas, diante da influência considerável dos Estados Unidos no plano internacional desde a Primeira Guerra Mundial, a burguesia ficará dividida entre seus interesses políticos e econômicos para com a *mãe-pátria* e seus interesses econômicos cada vez mais ligados aos vizinhos do Sul. Com a guerra da Coreia, e a participação do Canadá nesse conflito, a influência do imperialismo americano começa a ser determinante, e não cessará de se afirmar e crescer até o presente.

11. A *enquête* Tremblay

Em 1953, a *enquête* Tremblay, instituída pelo primeiro-ministro do Québec, Maurice Duplessis, tinha como mandato examinar amplamente a questão da autonomia provincial e propor uma política clara diante das relações federais com as províncias. As conclusões do relatório jamais foram colocadas em prática, tendo Duplessis preferido se adaptar aos novos acordos fiscais estabelecidos com Ottawa. Esta tentativa, visando alcançar, no plano federal, uma solução para o conflito Ottawa-Québec, evidentemente fracassou e o problema permanece intacto até os nossos dias. É prova disso a crise atual da unidade canadense.

12. 1960: a *équipe du tonnerre*

Em 1960, o partido de Duplessis, a União Nacional, é derrotado pelo Partido Liberal então sob o comando de Jean Lesage. Esta vitória marca a rejeição ao regime reacionário de Duplessis e também ao governo conservador antiequívoco de Diefenbaker em Ottawa. Na ausência de uma verdadeira alternativa ao duplessismo, os liberais de Lesage canalizaram em seu favor esta dupla rejeição.

O Partido Liberal assume o poder em Québec com um programa que faz eco às aspirações nacionais dos quebequenses, mas procurando mantê-las no quadro federal e desviá-las em proveito da burguesia do Québec. Nesse momento, o programa do Partido Liberal fala por si mesmo: com a criação do Ministério da Cultura, se instituem a Agência da língua francesa, o Departamento do Canadá francês de além-fronteiras, o Conselho provincial das artes etc.

Os liberais são reeleitos em 1962, com o slogan *Maître chez nous* e tendo como plataforma o resgate, por altos preços, das companhias de eletricidade. Mas, enquanto as aspirações sociais (greves etc.) e nacionais (movimento independentista) se amplificam, o governo liberal mostra sua verdadeira face e procura eliminá-las. Em 1966, a União Nacional derrota os liberais e assume o poder com uma minoria de votos e uma maioria de assentos. Seu líder, Daniel Johnson, por sua vez, manipula as aspirações nacionais com seu slogan *igualdade ou independência*, mas trata-se apenas de um slogan.

Durante os anos sessenta, aparecem diversos movimentos nacionalistas como a Reunião pela Independência Nacional (RIN), a União Nacional (Ralliement National, RN), o Movimento Soberania-Associação (MSA) e, finalmente, o Partido Quebequense (PQ).

No início da década de sessenta, a RIN era um grupo de pressão; depois se transformou em partido político e obteve em 1966, com pouquíssimos candidatos, cerca de 6% dos votos populares. O partido nacionalista de direita de Gilles Grégoire, a União Nacional (RN), obteve cerca de 3% dos votos nessa mesma eleição. A RIN era sobretudo de origem pequeno-burguesa urbana (profissionais, intelectuais...), enquanto a RN se enraizava no meio rural. No interior do Partido Liberal, as divergências em torno da questão nacional são latentes e acabam provocando uma cisão. René Lévesque deixa a agremiação quando o congresso do partido rejeita sua opção soberania-associação, e funda o MSA, que dará origem ao Partido Quebequense (PQ). A RIN e a RN se dissolvem em favor do PQ que, em 1970, obtém 24% dos votos e um punhado de deputados.

Estes diversos movimentos ou partidos nacionalistas nasceram e foram dirigidos primeiramente por pequeno-burgueses e dominados por uma ala dissidente do Partido Liberal. Os trabalhadores jamais tiveram voz na direção ou orientação destes movimentos, apesar de estes partidos terem sempre *flertado* com os mesmos, afirmando defender o conjunto da população.

13. Manifestações e repressão

Paralelamente ao desenvolvimento dos partidos nacionalistas, nos anos seguintes os quebequenses tiveram muitas vezes a ocasião de expressar seu profundo sentimento de rejeição ao federalismo canadense. Basta lembrar as

manifestações contra Donald Gordon, então presidente Canadian National; contra o Hotel Rainha Elisabeth; pelo McGill francês; o motim do São João Batista etc. A isto se adiciona o braço terrorista do movimento independentista, que se expressou, a partir da metade dos anos 1960, nas ondas sucessivas da Frente de Libertação do Québec.

A repressão do regime, objetivando enfraquecer a luta contra a opressão nacional e impedir a ascensão do movimento independentista, atingiu seu ponto culminante na crise de outubro de 1970, com a adoção da *Lei das medidas de guerra*, a ocupação do território quebequense pelo exército do Canadá e a supressão das liberdades democráticas com toda a gama de medidas decorrentes: investigações sem mandato, prisões e detenções preventivas, restrições à liberdade de expressão e de reunião etc.

14. A eleição do Partido Quebequense

Levando o PQ ao poder em 15 de novembro de 1976, o povo do Québec, e particularmente os trabalhadores, rejeitou não apenas o governo Bourassa e suas políticas reacionárias. Ele pretendeu também desferir um golpe contra o federalismo canadense, identificando o PQ como um partido cujo programa questionava esse federalismo.

II - A QUESTÃO NACIONAL NO QUÉBEC: DO REFERENDUM DE 1980 AOS NOSSOS DIAS

Entretanto, um verdadeiro questionamento ao federalismo canadense não fazia parte do programa do Partido Quebequense. Este já havia posto na gaveta a questão nacional durante a campanha eleitoral de 1976, mas, ao levá-lo ao poder, por falta de alternativa, a população tinha projetado nele sua aspiração de se livrar da opressão nacional. Uma vez eleito, o PQ procurou acalmar as expectativas da população e preparou um grande compromisso com Ottawa, aquele da soberania-associação, proposto à população pelo referendun de 20 de maio de 1980. Com 41% de *sim*, o Partido Quebequense saiu derrotado desta consulta.

1. O golpe constitucional de 1982

Imediatamente depois do referendun de 1980, o governo de Ottawa, dirigido pelo liberal Pierre-Elliot Trudeau, engajou-se numa operação cujo objetivo era um reforço constitucional do Estado canadense, em detrimento

das províncias e mais especificamente em prejuízo do Québec. Esta operação devia, obrigatória e previamente, passar pela *repatriação* do *Ato da América do Norte Britânica*, decretado em 1867 e imposto à população, sem qualquer consulta, pelo Parlamento de Londres, que continuava a ter o poder exclusivo de emendá-lo.

Parcialmente remodelada, a velha constituição colonial repatriada foi assinada em 1982 pelo governo federal e pelos governos das nove províncias de maioria anglófona, sem a concordância do Québec, de tal modo que o ato somente pode ser caracterizado como um verdadeiro golpe anti-Québec. A rainha da Inglaterra, sempre rainha do Canadá a despeito da repatriação da constituição, veio a Ottawa em novembro de 1982 proclamar esta *nova* constituição, que preservava todos os seus fundamentos monárquicos e submetia o Québec ao Estado canadense e às maiorias das outras províncias. Em particular, a *Carta dos Direitos* sistematicamente serviu para atacar as leis e regulamentos que visavam assegurar ao francês seu estatuto de língua majoritária no Québec (Tanguay, 1991, p. 16).

2. A política social do PQ o afasta do poder

Tendo perdido o referendun de 1980 e demonstrado sua impotência diante do golpe de 1982, o Partido Quebequense no poder se lançou, no inverno de 1983, em um ataque frontal contra os assalariados dos setores estatal e para-estatal, reduzindo salários e as vantagens do regime de aposentadoria, declarando ilegais e reprimindo severamente movimentos de greve. Se o partido quebequense tinha, seguindo sua linha de ação política, criado dúvidas na população quanto à sua vontade real de realizar a libertação nacional, doravante não deixava nenhuma dúvida quanto à sua incapacidade de realizar a libertação social dos quebequenses.

A ruptura entre o PQ e as organizações sindicais, que desde o início o tinham apoiado sem reservas, estava doravante consumada. No dia seguinte ao golpe de 1982, essas organizações questionaram a hegemonia política do Partido Quebequense quanto à defesa das aspirações nacionais e propuseram, em concordância com os reagrupamentos nacionalistas, a convocação de uma assembléia constituinte quebequense. Agora, condenando as medidas anti-sindicalistas de 1983, elas lhe retiraram um apoio eleitoral vital, sem o qual ele não poderia se manter no poder. De fato, nas eleições de 1985 o Partido

Quebequense foi afastado do poder governamental do Québec, que retornou às mãos do Partido Liberal federalista.

3. O acordo do Lago Meech e o fracasso constitucional de 1990

Em 1984, em Ottawa, o Partido Liberal do Canadá, dirigido até então por Pierre-Elliot Trudeau, o artesão do golpe de 1982 e das leis anti-operárias de congelamento dos salários, sofreu um revés eleitoral, sendo superado pelo Partido Conservador, dirigido por Brian Mulroney. Este se tinha dado como missão reparar o fracasso de 1982 e trazer o Québec para a ordem constitucional, encontrando na pessoa do primeiro-ministro do Québec, Robert Bourassa, o aliado que precisava no Québec. A operação lançada por Brian Mulroney deu lugar, em 1987, ao que se convencionou chamar de acordo do Lago Meech.

Este acordo, assinado pelo primeiro-ministro do Canadá e pelos primeiros-ministros das dez províncias canadenses (aí incluído o do Québec), teve como efeito levar o Québec a assinar a constituição federalista, um precedente histórico, mediante o seu reconhecimento como *sociedade distinta* no seio do Canadá. O caráter *distinto* que o Estado federal canadense estava disposto a reconhecer à sociedade quebequense era, entretanto, bastante frágil: a *distinção* estaria sempre sujeita ao conjunto das cláusulas da constituição canadense e só poderia se expressar, no terreno das jurisdições provinciais, com a condição de garantir sua compatibilidade com os objetivos centrais, devendo qualquer litígio ser decidido por uma Corte Suprema de maioria anglófona (Tanguay, 1991, p. 17).

Por mais frágil que tenha sido a concessão ao Québec, esta foi objeto de um ataque por partidários do Estado central forte, liderados pelo ex-primeiro-ministro Trudeau. O acordo do Lago Meech, para tornar-se válido, deveria ser ratificado pelo Parlamento federal e pelos parlamentos das dez províncias antes do dia 23 de junho de 1990. O fracasso estrondoso desta operação, em razão da rejeição do acordo pelas províncias do Manitoba, onde a oposição das populações autóctones foi determinante, e de Terra-Nova, onde o primeiro-ministro Clyde Wells se fez porta-voz das teses centralizadoras anti-Québec de Pierre-Elliot Trudeau, provocou uma crise política maior.

A defecção, pouco antes de 23 de junho de 1990, de Lucien Bouchard, ministro conservador do governo Mulroney, deu lugar à formação de um novo partido, o Bloco Quebequense, primeiro partido soberanista a operar

na cena federal. Este partido canalizou o descontentamento da população quebequense com tal amplitude que elegeu 54 deputados nas eleições federais de 1993, o suficiente para formar a oposição oficial ao parlamento de Ottawa.

4. As organizações sindicais em favor da independência

No Québec, o Partido Liberal se esforçava para fazer esquecer o fracasso de 1990, criando uma grande comissão parlamentar para discutir o futuro constitucional do Québec, da qual os sindicatos participaram estabelecendo como principal objetivo a organização, em curto prazo, de um referendun sobre a soberania. Desenvolvimento significativo: as três grandes centrais sindicais, a Federação dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Québec (FTQ), a Confederação dos Sindicatos Nacionais (CSN) e a Central do Ensino do Québec (CEQ), que tinham começado a contestar a hegemonia do Partido Quebequense sobre a questão nacional após o golpe de Trudeau em 1982, pela primeira vez posicionavam-se abertamente em favor da independência do Québec em 1990, após a rejeição definitiva do acordo do Lago Meech.

5. O acordo de Charlottetown e o fracasso constitucional de 1992

Determinado a resolver a questão constitucional, apesar do fracasso de 1990, o primeiro-ministro Brian Mulroney patrocinou uma nova operação que conduziu, desta vez, a um pacto conhecido como acordo de Charlottetown, novamente estabelecido entre os primeiros-ministros das dez províncias e o primeiro-ministro do Canadá. Este acordo, que foi defendido pelo primeiro-ministro do Québec, estava claramente aquém do acordo do Lago Meech e, nesse sentido, sua aceitação assumia o aspecto de uma verdadeira capitulação diante da intransigência centralizadora federal. Apesar disso, ele foi submetido, em 26 de outubro de 1992, a um referendun pan-canadense cuja simples realização expressava a vontade de negar à população do Québec seu direito exclusivo de se pronunciar sobre seu próprio futuro. O acordo foi rejeitado por uma votação de 45% de *sim* e 55% de *não*, a rejeição foi predominante no conjunto das províncias mais populosas, entre elas o Québec, que assim aplicava uma dura reprimenda ao seu primeiro-ministro, defensor militante do acordo. Derrota aguda para o Partido Conservador, que foi literalmente aniquilado nas eleições de 1993, durante as quais só conseguiu eleger um deputado em todo o Canadá.

6. O referendun quebequense de 1995 sobre a soberania

O retorno do Partido Liberal à cena federal, em 1993, foi seguido, no Québec, pelo retorno do Partido Quebequense ao poder, em 1994, sob a liderança de um dirigente soberanista, Jacques Parizeau, que prometera, desde o primeiro ano de seu mandato, consultar o povo quebequense sobre seu futuro político. Em 30 de outubro de 1995, o Québec foi então chamado, pela segunda vez em quinze anos, a se pronunciar claramente sobre a questão da soberania. Neste referendun, a população quebequense se pronunciou com 49,4% a favor da soberania e 50,6% contra. A diferença entre os *sim* e os *não* foi de apenas 50.000 votos.

Dividida em duas partes iguais quanto ao problema da soberania em face do federalismo, a população se dividia da mesma forma quanto à questão social. Os partidos da soberania representavam as forças progressistas da sociedade, entre as quais se encontravam as grandes organizações sindicais, enquanto que as forças da reação, classes privilegiadas e elementos conservadores, defendiam resolutamente o federalismo. Retomando as declarações de Laurent Beaudoin, presidente da multinacional Bombardier, para quem a campanha referendária tinha se transformado em luta de classes, um jornalista do *Globe and Mail*, de Toronto, caracterizou esta campanha como uma batalha opondo o grande Capital e o Trabalho (Moulin, 1966, p. 33). Este fato é dos mais significativos para os acontecimentos subseqüentes.

7. As políticas neoliberais do PQ ameaçam a soberania

Logo após o referendun de 30 de outubro de 1995, o primeiro-ministro Parizeau renunciou, sendo substituído pelo ex-ministro conservador federal, Lucien Bouchard, companheiro de estrada de Brian Mulroney que havia se tornado líder do Bloco Quebequense. Para Bouchard, a chave do sucesso do próximo referendun era o saneamento das finanças do governo do Québec e, para tanto, procurou *colocar ordem* nos negócios do Estado, estabelecendo como objetivo eliminar completamente o déficit orçamentário em quatro anos. O preço da operação: a efetivação de medidas neoliberais de redução da máquina do Estado e de corte de recursos destinados aos regimes públicos da saúde e da educação conduzindo à privatização. A conseqüência inevitável destas medidas é a rejeição crescente do governo pela população trabalhadora, e a ameaça que paira sobre os resultados de um próximo

referendum, com a população se recusando a apoiar um projeto de soberania cujo traço saliente seria a pilhagem das conquistas sociais. Todas as pesquisas atuais demonstram a perda draconiana de popularidade do partido no poder, que não seria reeleito se eleições acontecessem hoje.

O drama que se perpetua, do movimento das forças operárias, populares e progressistas do Québec, é que ele não tem seu próprio partido político independente, destinado à defesa de seu próprio programa de emancipação social e nacional. Por isto ele está condenado, de eleição em eleição, a apenas punir o partido no poder cassando-o, mas para ver a cada vez reaparecer o partido de oposição que, com pequenas variações, defende a mesma política e os mesmos interesses.

8. Novos impasses

Retornando ao poder em 1993, o Partido Liberal federal dirigido por Jean Chrétien, antigo companheiro de Pierre-Elliot Trudeau e um dos principais artesãos do golpe de 1982, produziu, em 1997, sua fórmula mágica para ganhar a adesão do Québec ao dispositivo constitucional canadense. Trata-se da Declaração de Calgary, assinada pelos primeiros-ministros das nove províncias anglófonas do Canadá. Negando qualquer especificidade ao Québec e qualquer direito que disto pudesse decorrer, esta declaração proclama um pretenso *caráter único* da sociedade quebequense, que todavia identifica como uma característica fundamental *para o bem-estar do Canadá*. Sendo todas as províncias declaradas iguais, se uma modificação constitucional atribuísse poderes a uma delas, seria preciso, afirma a declaração, que os mesmos poderes fossem concedidos a todas as províncias.

Dois anos mais tarde, em 1999, o governo federal assinou um novo entendimento apenas com as províncias anglófonas, sem a concordância do Québec, definindo *um quadro visando melhorar a união social para os canadenses*, conhecido como *L'entente-cadre sur l'union sociale*. Contrariamente aos entendimentos precedentes, este não era um acordo constitucional, mas um acordo administrativo de duração limitada a três anos. Entretanto, ele era carregado de significação, na medida em que conferia legitimidade às usurpações federais nas áreas de competência provincial, como a saúde, a educação e os programas sociais; usurpações que se multiplicaram desde a Segunda Guerra

Mundial, em contradição aberta com a Constituição,¹ e às quais o Québec sempre se opôs na defesa de sua autonomia. Este novo pacto entre todos os componentes do Canadá inglês constituía um novo freio às aspirações do Québec.

9. Medidas jurídicas e legislativas contra a autodeterminação

Não menos significativos do que estes entendimentos sucessivos, que excluem o Québec, são os esforços ostentados pelo governo federal para negar juridicamente o direito à autodeterminação desta província. Não se tratava apenas de alinhar o Québec nas condições do resto do Canadá, desconsiderando suas reivindicações, mesmo mínimas; era preciso tudo fazer para impedir qualquer possibilidade de secessão. Assim, o governo do Canadá se empenhou em estabelecer uma barreira jurídica à solução política, que seria o exercício do direito à autodeterminação do Québec.

Ainda sob o efeito do referendun de 1995, que quase havia conduzido o Québec a iniciar seu processo de conquista da soberania, e querendo se prover de garantias na eventualidade de um próximo referendun (que poderia ser vencido pelo Québec), o governo federal inscreveu, em 1996, um requerimento junto à Corte Suprema do Canadá, composta por nove juizes cujo credo federalista não é segredo para ninguém. Esta Corte deveria se pronunciar sobre a legitimidade, do ponto de vista da Constituição canadense, de uma decisão unilateral do Québec de se separar do Canadá. Na sua opinião, tornada pública em 1998, a Corte Suprema, como se esperava, concluía que o Québec não possui, nem em virtude do direito canadense, nem em virtude do direito internacional, o direito de proceder unilateralmente à secessão. Mas ela desferia uma pedra nas pretensões federalistas ao precisar que na eventualidade de uma decisão do Québec neste sentido, o resto do Canadá teria a obrigação de negociar com a província os termos de uma solução.

Determinado em sua busca de meios destinados a fazer fracassar o direito do Québec à autodeterminação, o governo dirigido pelo primeiro-ministro liberal Jean Chrétien – apegando-se à referência feita pela Corte Suprema à necessária clareza da questão a ser submetida para um referendun,

¹ Esta legitimidade foi em seguida cada vez mais contestada em todo o Canadá, com o desenvolvimento de um desequilíbrio fiscal crescente entre o governo federal, cujos excedentes orçamentários não param de se acumular, e os governos de província, aos quais faltam fundos para quitarem suas responsabilidades no quadro da Constituição.

mas, constatando que a Corte Suprema reconhecia ao Québec o direito de formular esta questão – fez adotar pelo Parlamento, em junho de 2000, uma *lei sobre a clareza* dando-lhe o poder de examinar a questão a ser submetida ao referendium e de determinar se esta questão é apresentada de maneira *dara*, isto é, conforme as definições expressas nesta mesma lei pelo Parlamento canadense. Em virtude desta lei, se o Parlamento julgar que a questão é ambígua, o governo pode se recusar a estabelecer negociações sobre as condições pelas quais a secessão poderia ser realizada. Ele pode igualmente se recusar a negociar se entender que a maioria obtida quando do referendium não expressa uma *maioria dara*. Como o texto da lei não menciona explicitamente o que deveria ser esta *maioria dara*, foram mencionadas no debate diversas hipóteses de maioria, algumas estendendo-a até dois terços. Há aí uma incontestável política de *dois pesos, duas medidas*, quando se sabe, por exemplo, que uma simples maioria de 52% foi suficiente em 1949 para que Terra-Nova fosse acolhida no seio da federação canadense como décima província. A lei lembra, enfim, que, conforme a Constituição, não existe qualquer direito de secessão unilateral e proclama que uma tal secessão não poderia se realizar sem uma modificação da própria Constituição ao fim de negociações envolvendo os governos do conjunto das províncias. Eis, pois, em que situação se encontra o direito à autodeterminação no Canadá.

10. PQ, PLQ, ADQ

Operando simultaneamente em todos os âmbitos, as forças federalistas, de todos os matizes políticos, uniram forças, após o referendium decidido por estreita margem em 1995, para influenciar a escolha de um novo dirigente para o Partido Liberal no Québec, na esperança de ver este partido federalista retomar o poder e fazer o Québec se enquadrar. Assim, em 1998 foi designado para este posto Jean Charest, até então dirigente do Partido Conservador federal, em ruínas desde a derrota eleitoral de Brian Mulroney em 1993. Mas Charest, que tinha ingressado na política quebequense mudando de orientação política, produziu o contrário do que dele se esperava: não conseguiu reerguer o Partido Liberal, doravante ultrapassado, à direita, por um pequeno partido populista – a Ação Democrática do Québec (ADQ) – fundado por ex-membros de sua Comissão da Juventude que tinham deixado o partido em 1992. Num lapso de tempo espantosamente curto, a decepção popular tanto para com o PQ quanto para o PLQ impulsionou a ADQ ao topo das pesquisas durante o ano de 2002.

Do lado do Partido Quebequense, este outro *salvador* que é Lucien Bouchard (igualmente oriundo das fileiras do Partido Conservador federal de Brian Mulroney), que tinha sido conduzido à direção do PQ e do governo do Québec em 1995, após o referendun e a demissão do primeiro-ministro Jacques Parizeau, renunciou por sua vez em 2001, sob o pretexto de seu fracasso na condução dos quebequenses à adesão ao projeto de soberania e de uma grave crise no interior do partido, criada por uma declaração controversa de um membro a respeito do voto étnico no Québec. Seu substituto, Bernard Landry, Ministro da Fazenda no período em que o déficit orçamentário foi eliminado, é adepto de um “modelo quebequense” favorável à intervenção do Estado e partidário de um projeto de união confederativa entre o Québec e o Canadá, inspirado na União Européia. No momento em que seu partido tinha caído ao mais baixo patamar nas pesquisas, em setembro de 2002, ele prometia realizar um novo referendun sobre a soberania, *dentro de 1.000 dias*.

Se o PQ sempre se afirma partidário da soberania, o PLQ, que a ela se opõe tanto quanto se opõe à *repatriação* unilateral de 1982 e à Constituição dela resultante, desejaria agora simplesmente eliminar do discurso político esta questão embaraçosa e agir como se a mesma não existisse; exatamente como a ADQ que hoje dá as costas à soberania, após ter militado em seu favor quando do referendun de 1995. No que tange ao PLQ, trata-se de um recuo significativo com relação às posições defendidas pelo partido desde Lean Lesage, há mais de quarenta anos. O PLQ tinha se associado notadamente à seguinte resolução adotada pela Assembléia Nacional do Québec em dezembro de 1981, alguns meses antes do golpe de 1982:

Dever-se-á reconhecer que os dois povos que fundaram o Canadá são essencialmente iguais e que o Québec forma, no interior do conjunto federativo canadense, uma sociedade distinta pela língua, pela cultura, pelas instituições e que possui todos os atributos de uma comunidade nacional distinta.

Ora, um dos pivôs da Constituição emendada de 1982 é precisamente o fato de ter pulverizado este conceito de dois povos fundadores, doravante substituído por aquele de um mosaico multicultural composto por dez províncias iguais.

11. 2002: vigésimo aniversário da *repatriação* unilateral

O ano de 2002 marcou o vigésimo aniversário da *repatriação*, pelo Canadá, do poder de modificar sua Constituição (poder que pertencia até então ao Parlamento de Londres) e foi ocasião de se fazer um balanço das emendas constitucionais de 1982, adotadas contra a vontade do Québec. Entre as emendas, destaca-se a inclusão, como parte integrante da Constituição, de uma *Carta dos Direitos e Liberdades*, que confia aos juizes da Corte Suprema do Canadá o poder de interpretá-la e de vigiar sua aplicação. À parte o fato de que a conclusão do pacto de 1982 entre o governo federal e as nove outras províncias constituía um ultraje à população quebequense, cuja oposição foi pura e simplesmente ignorada, é forçoso constatar que este pacto constituía uma virada nas relações entre o político e o judiciário no Canadá.

A inclusão da *Carta dos Direitos* na Constituição instituiu, com efeito, uma dupla primazia do poder dos juizes sobre o dos eleitos e dos direitos individuais sobre os direitos coletivos. Nomeados pelo poder político, inamovíveis e não tendo contas a prestar a ninguém, os juizes são, entretanto, investidos de um poder legislativo superior àquele dos eleitos, pelo seu poder de interpretação da *Carta* e de apreciação quanto à conformidade das leis adotadas pelas diferentes legislaturas do país. Aliás, qualquer cidadão, invocando seus direitos individuais protegidos pela Constituição, pode contestar diante dos tribunais uma legislação adotada por uma Assembléia Nacional devidamente eleita. Por ocasião do vigésimo aniversário da *repatriação*, especialistas em questões constitucionais da Universidade de Montréal, da Universidade Laval e da Universidade Concórdia, no Québec, e da Universidade Carlton, em Ontário, fizeram o seguinte balanço da *Carta dos Direitos e Liberdades*:

Se os tribunais consolidaram as garantias jurídicas dos direitos dos indivíduos e enquadraram o exercício das grandes liberdades fundamentais, a Lei constitucional de 1982 igualmente reforçou seu poder de ditar, em vários sentidos, o conteúdo das políticas culturais do Québec.

Assim, as decisões da Corte Suprema relativas à Carta da língua francesa inflectiram a política lingüística do Québec e obrigaram-no a submeter seus princípios, principalmente aquele da predominância da língua francesa, ao princípio superior do bilingüismo canadense.

A Carta canadense se impôs ao Canadá como o crisol de uma cidadania canadense fundada nos direitos individuais e teve como efeito bloquear qual-

quer reconhecimento de direitos coletivos e a própria idéia de uma identidade propriamente quebequense. A Carta canadense participa desde então de um processo de construção nacional do Canadá que visa substituir um processo de libertação nacional no Québec que tinha em vista emancipá-lo da tutela federal (Brun, 2002, p. A9).

Uma tutela que é, de fato, um aprisionamento do Québec numa estrutura constitucional que ele jamais aprovou, como o demonstraram os fracassos sucessivos do Lago Meech e de Charlottetown e a obstinação do governo federal em erigir todas as muralhas possíveis contra uma eventual secessão quebequense. Paradoxalmente, o Canadá, que em 1982 se dotou, pela primeira vez em sua história, de um procedimento soberano de emenda de sua Constituição, instalou um dispositivo que excluía qualquer possibilidade real de emenda. Destinado à preservação a qualquer preço do *status quo*, este dispositivo foi, em seguida, reforçado pelas prescrições proclamadas, em atendimento às solicitações do governo federal, pelos juizes da Corte Suprema do Canadá, como o parecer de 1998 sobre a secessão do Québec.

Vinte anos após o golpe de 1982, a Constituição ilegítima, proclamada em Ottawa pela rainha da Inglaterra, Elizabeth II, continua a ser o objeto de rejeição unânime da Assembléia Nacional, dos partidos políticos que aí são representados e das forças progressistas do Québec. O conjunto dos grandes organismos sindicais do Québec e dos componentes do movimento nacionalista, em concerto com as associações de escritores, de artistas, de professores de francês etc., assinaram, no dia do vigésimo aniversário do 17 de abril de 1982, uma declaração comum intitulada *Esta constituição não é a nossa*, da qual destacamos os trechos:

Vinte anos mais tarde, a assinatura do Québec continua ausente no texto da Constituição canadense: nenhum dos primeiros-ministros que se sucederam desde então, no Québec, tanto liberais quanto pequistas, aceitou subscrevê-la. É por demais lastimável ver o Canadá inglês dar lições de democracia ao Québec com sua Lei sobre a clareza, enquanto esta constituição ilegítima de 1982, imposta ao Québec pelos representantes do Canadá inglês, jamais foi homologada por qualquer referendun. Nem o povo do Canadá inglês nem aquele do Québec tiveram a oportunidade de se pronunciar sobre esta lei fundamental. Ademais, a fórmula de emenda prevista petrifica o federalismo

canadense num imobilismo total, como se viu quando do episódio do Lago Meech, e torna impossível o reconhecimento das reivindicações do povo quebequense, tais como foram expressas por todos os nossos governos desde 1960.

A declaração comum reafirmava, em conclusão, que a questão do Québec permanece e não poderá ser resolvida sem uma negociação livre entre parceiros iguais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRUN, H. et al. La loi britannique de 1982 sur le Canada: une loi pour le reste du pays. **Le Devoir**. 17 avril 2002, p. A9.

BRUNET, M. **Histoire du Canada par les textes**. Montréal: Fides, 1963, t. 2.

MOULIN, A. Le référendum québécois: un pas de plus vers l'indépendance.

Le marxisme aujourd'hui, n. 33, 1996.

RYERSON, S.-B. **Le capitalisme et la confédération**: aux sources du conflit Canada-Québec, 1760-1873. Montréal: Parti-Pris, 1978.

TANGUAY, J.-P. L'État canadien en crise. **Le marxisme aujourd'hui**, n. 8, 1991.

LA QUESTION NATIONALE AU QUÉBEC

RÉSUMÉ

*Cet article comprend deux parties. La première, qui a pour objectif de présenter les fondements historiques de la question nationale au Québec et au Canada, est extraite d'un document politique du Regroupement des Militants Syndicaux (RMS) diffusé au Québec en 1978, intitulé **Non au fédéralisme. Non à la souveraineté-association. Pour l'indépendance du Québec**. L'analyse politique sous-jacente à ce texte a été élaborée au sein du Groupe Socialiste des Travailleurs (GST). Le RMS et le GST, organisations dont l'auteur fut un militant actif, n'existent plus aujourd'hui. La deuxième partie dresse, à la lumière de l'analyse présentée dans la première partie, un portrait des événements principaux qui se sont déroulés sur le terrain de la question nationale au Québec depuis cette date.*